



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE  
PERNAMBUCO UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A  
DISTÂNCIA E TECNOLOGIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA  
SOCIEDADE, DENTRO E FORA DA ESCOLA**

**ELCIANE FRANCISCA BEZERRA REGES DE MELO**

Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia.

**Orientadora:** Profa. Dra Sandra Rodrigues de Souza

Palmares

2021

# A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA SOCIEDADE, DENTRO E FORA DA ESCOLA

Elciane Francisca Bezerra Reges de Melo  
Licenciatura em PedagogiaUAEADTec/UFRPE  
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE  
elciane.melo@hotmail.com

Sandra Rodrigues de Souza  
Licenciatura em PedagogiaUAEADTec/UFRPE  
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE  
souzz.rodrigues@gmail.com

## RESUMO

A inclusão é uma reestruturação da prática, da cultura e das políticas vivenciadas nas escolas de forma que estas respondam à diversidade dos alunos. O artigo tem como objetivo geral do estudo; a perspectiva da educação inclusiva na sociedade, dentro e fora da escola e como objetivos específicos; identificar a política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva; analisar as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil; Identificar a relação do preconceito e o processo de inclusão. O resultado da pesquisa que consiste em uma revisão sistemática, com base nos estudos educação inclusiva. A metodologia trata-se de uma revisão integrativa de carácter qualitativo, onde observamos na literatura os conhecimentos acerca da temática dos últimos seis anos, a partir da base de dados SCIELO (Scientific Electronic Library *online*). Foram utilizados os descritores: Inclusão. Escola. Sociedade. Os achados principais apontam que assim pode-se dizer que baseado nessa proposta a educação a inclusiva tenha uma visão mais particular e que haja uma compreensão satisfatória a respeito da maneira como esse assunto está sendo tratado atualmente. Desta forma para fortalecer o processo de inclusão a comunidade escolar deve enfatizar o respeito as diferenças, sendo necessário que os professores reflitam sobre suas práticas diárias, no planejamento de suas aulas e o desenvolvimento de um currículo na escola com o eixo voltado para essas práticas inclusivas.

**Palavras-chave:** Inclusão. Escola. Sociedade

## 1. INTRODUÇÃO

Sabendo que a educação inclusiva necessita de uma atenção mais voltada a comodidade das pessoas com necessidades especiais e até mesmo aquele que não apresenta nenhum tipo de anormalidades, pode-se dizer que o

presente artigo estabelece uma proposta de atualização e modernização de algumas normas no intuito de uma melhor convivência entre as pessoas em um todo.

Vale salientar que são apenas propostas e que se essas forem levadas em conta, a educação inclusiva dentro e fora da escola, deixará de ser um problema e passará a ser uma solução de conscientização e um exemplo de cidadania entre os indivíduos. Visando essa melhoria, as metodologias implantadas, de maneira correta, fortaleceram a formação dos professores e criará uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

Para delinear a temática temos os seguintes questionamentos; As reflexões e as contribuições pedagógicas já não teriam produzido saber suficiente para que a escola regular fosse um âmbito de real inclusão? Seria tão difícil realizar educação inclusiva dentro de uma escola?

Justifica-se que, não é porque não se trata de uma questão exclusivamente pedagógica. Existem obstáculos em torno da educação inclusiva difíceis de serem combatidos, pois têm raízes históricas e sociais. A sociedade se apresenta na escola, trazendo seus progressos para seu interior, bem como suas mazelas. Por isso, antes de entender as dificuldades da educação inclusiva no interior da escola, é preciso examinar as dificuldades da própria sociedade em ser receptiva a seus diversos membros.

A educação inclusiva ainda é um tema muito discutido na sociedade e de fundamental importância para a mesma, dessa maneira é importante salientar que dentro desse contexto há inúmeros tópicos que devem ser analisados e avaliados para melhoria da Educação tanto no país como também no mundo, pois é comum uma pessoa com necessidades especiais insatisfeita em seu ambiente que precisam socializar e no convívio diário.

Porém a partir disso surge uma discussão relativa a essa constituição e a formação relacionada a essa área sabendo que a aprendizagem é singular e que se deve existir capacitações e adequações necessárias para que não haja constrangimento no convívio das pessoas portadoras de deficiência no meio educacional e até mesmo social.

Para responder as indagações surgidas na pesquisa, definimos como objetivo geral do estudo; a perspectiva da educação inclusiva na sociedade,

dentro e fora da escola; e como objetivos específicos; identificar a política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva; analisar as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil; Identificar a relação do preconceito e o processo de inclusão.

O presente trabalho caracteriza-se como bibliográfico de caráter exploratório, no qual se buscou analisar maior embasamento teórico para a execução de estratégias descritivas, buscando uma maior compreensão sobre a temática. A pesquisa teve como referência produções científicas já existentes sobre o tema, ou seja, artigos, trabalhos de pesquisa, periódicos e outros.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Inclusões/Sistema Educacional**

A inclusão é uma reestruturação da prática, da cultura e das políticas vivenciadas nas escolas de forma que estas respondam à diversidade dos alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas propriedades, tendo como objetivos a evolução, o prazer pessoal e a evolução contínua igualitária.

A mesma perpassa pelas diversas dimensões humanas, sociais e políticas, e vem se expandindo na sociedade contemporânea, como auxílio no desenvolvimento das pessoas em geral contribuindo assim para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos.

A história do desenvolvimento da educação especial no Brasil teve início no século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento da população, inspirados por experiências norte-americanas e européias, foram trazidos por alguns brasileiros que organizaram e programaram ações para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. (FONSECA, 2000)

Porém foi necessário um século aproximadamente, para que a educação especial passasse a ser um dos componentes de nosso sistema educacional. Só no início dos anos 60 é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de "educação dos excepcionais".Dando

continuidade, muitas coisas ainda vieram até se chegar às leis atuais que defendem os direitos dos alunos especiais e isso apesar de ser um grande avanço como, por exemplo, em 1972, onde o Conselho Federal de Educação em Parecer de 10/08/72 entendeu a "educação de excepcionais" como uma linha de escolarização, ou seja, como educação escolar e ainda as mais atuais como o Plano Nacional da Educação e a LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 voltada para o autismo ainda deixam a desejar muito a escolarização refletida na vida social da pessoas portadoras de deficiência.

No século XX, a questão educacional foi se moldando, mais pela concepção médico - pedagógica, sendo mais centrada nas causas biológicas da deficiência. Com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começam a influenciar a educação e configuram a concepção na linha psicopedagógica, que ressalta a importância da escola e enfatiza os métodos e as técnicas de ensino. Por volta da década de 1990 e início do século XXI, avançam os estudos em Educação Especial no Brasil (MAZZOTTA, 2005).

Baseado nesse estudo Mazzotta (2005):

“É possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação.

- Marginalização – atitudes de total descrença na capacidade de pessoas com deficiência, o que gera uma completa omissão da sociedade na organização de serviços para esse grupo da população.
- Assistencialismo – atitudes marcadas por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, que buscavam apenas dar proteção às pessoas com deficiência, permanecendo a descrença no potencial destes indivíduos.
- Educação/reabilitação – atitudes de crença nas possibilidades de mudança e desenvolvimento das pessoas com deficiência e em decorrência disso, a preocupação com a organização de serviços educacionais.”

Analisando as afirmativas acima se pode entender que essas atitudes sociais são colocadas a prova diariamente e as salas de aula são os ambientes mais frequentes de convivência com esse tipo de situação, porém é perceptível que ainda falta muito para a tão almejada inclusão.

## 2.2 O Desafio da Inclusão na Sala de Aula Refletido na Sociedade Brasileira

Muito se discute ainda sobre a educação inclusiva, pois a mesma vem trazendo uma série de problemas referente à maneira de trabalhar com alunos nesse sentido, e sobre qualificação profissional nessa área. Quando se fala em educação inclusiva deve-se refletir sobre como a escola pode incluir estes alunos dentro das suas regras e normas de convivência. Pois o aluno de inclusão precisa receber um atendimento individualizado com o acompanhamento de especialistas que sabem como fazer, o que fazer e quando fazer. Mas isso é um grande desafio pois existe uma grande quantidade de alunos especiais para pouca especialização dentro das instituições de ensino. Isso gera transtornos e acaba refletindo diretamente na vida tanto escolar como social do aluno.

Segundo Rosseto, 2005:

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino em longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais (2005, p. 42).

Partindo desse pressuposto e analisando as palavras acima afirmadas a inclusão é mais do que receber este aluno na escola regular e integrá-lo em sala de aula com os colegas. Pois se faz necessário acompanhar o seu desenvolvimento e ter certeza de que este estudante está absorvendo o conteúdo e que principalmente a escola está contribuindo para o seu crescimento, não apenas na aprendizagem, mas também o preparando para a vida.

Essa temática tem como prioridade levantar questões e inquietar educadores, assim como outros profissionais que se interessam pelo tema, pois é no ambiente educacional que serão construídos os cidadãos futuros, estes que precisam ser orientados a conviver com as diferenças, respeitando os outros que estão ao seu lado, para construir uma sociedade digna e democrática.

De acordo com Sasaki, (2010) a inclusão

“É um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos (...) e na mentalidade de todas as pessoas” (SASSAKI, 2010, p. 40).

Pensando nesse novo modelo de sociedade se faz necessário discutir sobre os mais variados e atuais questionamentos e pode-se pontuar como primeiro a quantidade de qualificação nessa área e a adequação desse sistema atual na escola. É comum encontrar professores insatisfeitos com turmas que se apresentam em situação inclusiva, ou seja, turma que tem mais de um aluno com necessidades especiais e professores sem formação específica para atuar em uma sala de aula desse nível.

A lei da inclusão entrou em vigor desde da Constituição federal, a educação inclusiva tem um espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

“A busca por uma sociedade igualitária, por um mundo em que os homens gozem de liberdade de expressão e de crenças e possam desfrutar da condição de viverem a salvo do temor e da necessidade, por um mundo em que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos inalienáveis é o fundamento da autonomia, da justiça e da paz mundial, originou a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa um movimento internacional do qual o Brasil é signatário” (FACION, 2008, p. 55).

Pode-se notar que essa temática é discutida em todo o mundo e perpassa gerações, com algumas dúvidas: será que algum dia essa inclusão vai acontecer de maneira correta? Será que todas as escolas, e melhor ainda, todos os ambientes estarão realmente adequados para todos os tipos de pessoas?

Acredita-se que esse questionamento inquietante possa ser respondido de forma positiva, e que as práticas educacionais e sociais passem a ter um olhar diferenciado e bem rebuscado a respeito desse tema, pois já estão acontecendo mudanças nas escolas, adequações no convívio social e até mesmo vagas de emprego específicas para portadores de deficiência.

Nessa perspectiva, os princípios da Educação Inclusiva apontam para a ideia de que a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular requer e significa participação social, econômica, política e cultural da vida em comunidade, sendo: acesso à educação gratuita e compulsória; equidade, inclusão e não discriminação; direito à educação de qualidade (WORLD BANK, 2011; UNICEF, 2012)

A exclusão de qualquer ser humano depende do caráter pessoal de cada um e que o (Artigo 3º, Inciso IV). Em seu Artigo 5º, a Constituição garante o princípio de igualdade:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).(BRASIL, 1988)

Com isso pode-se concluir que como a educação reflete na vida de qualquer ser humano, espera-se que esse reflexo seja qualitativo para todos, pois já se pode perceber que se cada um abrir sua mente e fizer sua parte futuramente a educação inclusiva deixará de ser um problema e passará a ser um exemplo no mundo inteiro.

### **3. METODOLOGIA**

Para melhor delinear o estudo, a investigação bibliográfica foi realizada a partir da consulta à base de dados da SCIELO (Scientific Electronic Library Online) no período de 2014 a 2020. Dessa forma definimos que a pesquisa bibliográfica utilizou um levantamento dos artigos publicados na referida base, usando os seguintes descritores: Inclusão. Escola. Sociedade.

Os critérios de inclusão que nortearam a pesquisa foram os seguintes: Artigos que tratem a perspectiva da educação inclusiva na sociedade, dentro e fora da escola, na modalidade original, em formato de texto completo, e na língua portuguesa. Os critérios de exclusão condisseram com os seguintes: artigos que apresentassem apenas resumos, que estejam em língua estrangeira ou não abordem claramente o tema proposto, como também artigos que não estavam relacionados a área da educação.

Os artigos foram analisados a partir de uma revisão integrativa. A revisão integrativa constitui-se em uma análise criteriosa de várias pesquisas, onde foram analisados resultados os quais ofertaram conhecimentos específicos sobre o tema. A revisão integrativa dar-se pelos seguintes passos: elaboração da pergunta norteadora, busca e amostragem na literatura, coleta de dados, análise dos estudos incluídos, consumação da revisão integrativa.



#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As concepções e percepções dos autores consultados sobre a indução inclusiva no âmbito escolar são apresentados no quadro 1.

**Quadro 1:** Distribuição das produções científicas, de acordo com o autor, título, anode publicação, e conclusão.

AUTOR(ES)	TÍTULO DO ARTIGO	ANO DE PUBLICAÇÃO	Concepção/Percepção dos autores
NETO et al.	Educação inclusiva: uma escola para todos	2018	Apontaremos que a inclusão escolar plena não é uma tarefa fácil, pois é necessária uma estruturação progressiva e uma mudança significativa no sistema educacional e na concepção de inclusão por parte da sociedade em geral e, principalmente, dos profissionais escolares.
FREITAS, N. A.	Alguns Obstáculos para a Educação Inclusiva Dentro e Fora da Escola	2018	Embora a educação inclusiva encontre barreiras, ela também é uma esfera importante de luta para o fomento da convivência humana sem violência. Ao final, aponta-se para a importância da defesa da escola pública como âmbito de educação inclusiva e como agente de transformação social, pelo fato de acolher aqueles que tendem a ser excluídos desta sociedade fundamentada na violência.
NEVES et al.	Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva	2019	Propõe-se uma interlocução com o discurso psicanalítico, de modo a problematizar o lugar atribuído ao AEE nesse contexto, bem como a persistência de movimentos segregadores, que insistem em se inscrever mesmo que a orientação política proponha uma Educação Inclusiva.
NUNES et al.	Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família	2014	Concluimos que a diversidade presente na educação inclusiva não é um favor aos grupos historicamente excluídos, mas uma luta pela humanização de todos nós. de todos os envolvidos, uma vez que o convívio com a diferença é um esforço coletivo.
SILVA e SILVA	Golpe de 2016 e a Educação No Brasil: Implicações nas Políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2019	Por fim, problematiza os cortes de investimento na educação especial e as ações autoritárias que se desencadearam com o advento do golpe que, além de contingenciamentos, ameaça a proposta de educação inclusiva representando um retrocesso inominável.

SOUZA e PLETSCHE.	A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil	2017	Nossas análises, entre outros aspectos, evidenciam que as diretrizes da ONU têm sido incorporadas nas políticas públicas nacionais não de forma automática, mas mediadas e elaboradas conforme as disputas entre diferentes agentes que atuam na arena política dos direitos da pessoa com deficiência.
MAGNABOSCO e SOUZA	Educação inclusiva e as representações dos estudantes sobre seus pares com deficiência	2018	As representações foram centralizadas nas limitações do sujeito com deficiência e na atribuição, a ele, de sentimentos negativos. A partir disso, verifica-se a necessidade da promoção da compreensão da inclusão fundamentada em uma perspectiva social.
MENEZES, U. S.	Os Desafios dos Professores de Química na Perspectiva da Educação Inclusiva: Entraves Ante (Des) Preparo Pedagógico	2017	Seus depoimentos expressam uma paralisação diante da incoerência que percebem na implementação de uma educação inclusiva, levando em conta alunos com deficiência. Isso ressalta a necessidade de investimento na formação dos professores para que (re)elaborem.

#### 4.1 A Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva

No artigo de Neto et al. (2018), eles afirmam que, quando se trata de alunos com deficiência, é preciso compreender que o processo de aprendizagem é possível dentro de sala de aula regular e modificar o pensamento excludente de que esses alunos não são capazes de estudar, conviver e aprender com os demais.

É na escola que este processo de transformação acontece de forma contínua (depois da família), é neste espaço único que os indivíduos são capazes de assimilar conteúdos, interagir e construir conhecimentos. (NETO, et.al., 2018)

De acordo com Neto, et, al. (2018), a inclusão de pessoas com deficiência na escola precisa de fundamentos teóricos, como também da lida diária e da prática para estabelecer dados concretos que incentivem, guiem e deem segurança aos educadores. Também é preciso que o sistema de Educação Inclusiva observe as necessidades gerais dos alunos, exigindo da escola sensibilidade em trabalhar com as individualidades.

No artigo de Freitas (2018), ele aborda que tanto dentro como fora da escola a diferença se encontra pouca acolhida. A pressão social,

tendencialmente, se dá na direção da uniformidade, obedecendo a padrões hierárquicos de poderes.

Freitas (2018) defende que ainda são muitas as dificuldades para seguir de fato as políticas inclusivas dentro das escolas públicas. Segundo as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), o aluno deveria frequentar no contraturno o atendimento educacional especializado, o que nem sempre ocorre, devido à dificuldade da família em propiciar a estadia do aluno na escola nos dois períodos. Mas mesmo quando frequenta, nem sempre o que é feito no atendimento especializado dialoga com o que o aluno vive na sala regular.

No artigo de Neves, et al. (2019) traz concepções semelhantes a Freitas (2018) em que a educação inclusiva é apresentada como um paradigma educacional apoiado na noção de direitos humanos e alinhado à construção de sistemas educacionais inclusivos, onde caberiam mudanças substanciais na cultura da escola e na sua estrutura, secularmente estabelecidas, de modo que todos os alunos tivessem suas especificidades atendidas.

#### **4.2 Diretrizes do Sistema das Nações Unidas (Onu) e as Políticas de Educação Inclusiva no Brasil**

De acordo com as bases legais da educação especial, as políticas nacionais da educação especial focalizam o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes identificados como público alvo da Educação Especial nas escolas regulares, as quais devem garantir:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Desse modo, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, a partir da identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos (NEVES, et.al., 2019).

No artigo de Nunes e Tavares (2015) em seu texto eles trazem o

assunto da educação inclusiva explicando que para além da deficiência há um sujeito com desejos, vitórias, medos, limitações, com concepções ideológicas, fazeres, gostos, vontades que não devem ser negligenciados em generalizações. Exaltar apenas essa característica desmerece as conquistas, as capacidades, a própria singularidade do sujeito.

Na mesma linha de pensamento Nunes et al. (2015) aborda que a dinâmica do preconceito é complexa e seu estudo mostra que o preconceito depende e independe de sua vítima. Ou seja, o preconceito depende do objeto porque existe algo neste que desperta no preconceituoso o seu preconceito. Porém, o alvo do preconceito informa algo sobre o próprio preconceituoso, ou seja, o preconceito independe do objeto. A vítima escolhida pelo preconceituoso não precisa ser sempre a mesma. Hoje, o ódio é direcionado às pessoas com deficiência. Amanhã, a outro grupo. Não se trata do grupo em questão apenas.

Esse problema é agravante no ambiente escolar, local para que objetiva o processo de ensino e aprendizagem. Silva e Silva (2019) afirmam que estudos recentes em relatórios de pesquisa do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP) denunciam os limites e problemas da política em vigor. Não obstante, essas pesquisas geralmente destacam a falta de compreensão dos professores, profissionais e gestores com relação ao ideário inclusivo, bem como as diretrizes das políticas, as quais diante do processo de precarização da educação e desvalorização dos educadores, não conseguem garantir o aprendizado das pessoas em situação de deficiência na sala comum da escola regular, mas o princípio da Educação Inclusiva comumente não é questionado.

O artigo de Souza e Pletsch (2017) trazem uma discussão sobre as barreiras da inclusão, uma delas refere-se às atitudes diante da diversidade. Nesse tópico, reiterando o papel de destaque do professor no processo de construção de uma escola inclusiva, é apresentado que a atitude negativa do professor diante do trabalho com o aluno com deficiência muitas vezes é causada por seu desconhecimento e falta de suporte encontrado nos sistemas de ensino. Portanto, para que as barreiras atitudinais possam ser transpostas, há de se constituir uma estrutura na escola de suporte ao aluno, efetivar condições adequadas para o trabalho do professor e produzir um trabalho de

(in)formação e conscientização junto a toda comunidade.

### **4.3 A Relação do Preconceito e o Processo de Inclusão.**

Magnabosco e Souza (2018) abordam a questão do preconceito numa visão mais específica em relação as instituições de ensino, eles afirmam que o preconceito da distribuição desigual dos diferentes grupos sociais, com prevalência de estudantes regulados pela heteronormatividade, seguidores de religiões cristãs. Apesar de, na atualidade, haver algumas iniciativas de discussão sobre as diferenças, com o intuito de promover o respeito à diversidade, elas ainda se apresentam de forma bastante tímida. De maneira geral, pode-se afirmar que os profissionais que trabalham nas instituições educacionais apresentam crenças tradicionalistas e, ao incentivá-las, contribuem para a marcação do que é diverso através dos estereótipos. (MAGNABOSCO; SOUZA, 2018)

Diante das concepções dos autores supracitados é importante ressaltar Magnabosco e Souza (2018) ao explicar que a personagem com deficiência precisa superá-la para que possa ser feliz, brincar e fazer tudo o que sua limitação impede emba as práticas relativas ao paradigma da integração, exigindo, assim, poucas adaptações da sociedade para possibilitar melhores condições de participação do sujeito com deficiência.

Uma vez que as dificuldades apresentadas pelo estudante são atribuídas à sua deficiência, que está instalada e não pode, na maioria dos casos, ser revertida, são criadas poucas possibilidades de desenvolvimento de trabalhos com eles que promovam suas potencialidades. Há, pois, a necessidade de se compreender o papel da escola, enquanto instituição social, no estabelecimento ou agravamento das dificuldades apresentadas pelos estudantes, assim como na estruturação de alternativas que potencializem o desenvolvimento desses sujeitos.

Por fim, o artigo de Menezes (2017) o processo de inclusão vem se fortalecendo gradativamente na sociedade, e está vinculado diretamente à ideia de que os processos desenvolvidos na escola devem favorecer a diversidade, sendo que esta conduz os professores à convivência com pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação. Nessa perspectiva, torna-se fundamental que os mesmos reflitam sobre sua prática pedagógica e, principalmente, sobre o direito daqueles que sempre foram excluídos do direito à escola e da escola como espaço de heterogeneidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme foi discutido neste texto, a educação inclusiva não depende apenas da escola para se realizar; não se trata de uma questão circunscrita ao campo pedagógico. Todavia, os elementos exteriores à escola, que são obstáculos à inclusão, podem se modificar se a escola e seus agentes seguirem as diretrizes para a educação inclusiva, o que apenas será alcançado com a ajuda de vários elementos, desde a participação maior da família na escola, o que deve ser incentivado inclusive pela própria escola, até a implicação das políticas e dos agentes públicos no sentido de fornecer as condições materiais e de trabalho necessárias para a prática educativa.

Ambientes inclusivos propiciam integração social, o que afeta diretamente, através dos colegas, o desenvolvimento de potencialidades. Torna-se evidente o contexto mais produtivo, pois há promoção de habilidade de interação social, quando se compara com ambientes educacionais segregados.

A ideia de perspectiva nos remete a algo de um vir a ser, algo em processo que nos convida a mirar o horizonte, apontando novas formas de olhar, de antever, de imaginar cenários e territórios educativos onde pessoas com deficiência sejam, de fato, enlaçadas no processo de aquisição de conhecimentos.

Seria interessante que todas as escolas do país fossem adaptadas, todos os hospitais, pontos comerciais e públicos, que as pessoas compreendessem que partilhar de seu conhecimento com uma pessoa deficiente não são diferente de compartilhá-lo com uma pessoa normal, que os professores, médicos e enfermeiros fossem capacitados para receber todo tipo de clientela e que soubesse agir em qualquer caso que aparecesse em sua frente, que as vagas para deficientes em concursos públicos não fossem taxadas como uma vaga a menos e sim como um lindo avanço de

uma pessoa que está apta a ocupar qualquer cargo por seus méritos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política nacional da educação especial e a perspectiva da educação inclusiva**. MEC. SEESP, 2008.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FREITAS, N. A. Alguns Obstáculos Para A Educação Inclusiva Dentro e Fora da Escola. **Revista, Educação, Cultura e Sociedade**, Sinop/MT/Brasil, v. 8, n.1, p. 20-31, 2018.

Disponível em:

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/educacao/article/view/3027/0>  
acesso em: junho de 2021

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAGNABOSCO, M. B.; SOUZA, L. L. Educação inclusiva e as representações dos estudantes sobre seus pares com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 1, São Paulo, p. 115-122, 2018.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018012631> acesso em: junho de 2021

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENEZES, U. **Os Desafios dos Professores de Química na Perspectiva da Educação Inclusiva: Entraves Ante (Des) Preparo Pedagógico**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática (NPGECIMA/UFS). Universidade Federal De Sergipe. 2017.

Disponível em:

[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5104/1/UIUDE\\_SANTANA\\_MENEZES.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5104/1/UIUDE_SANTANA_MENEZES.pdf)  
Acesso em: junho de 2021

NETO, A. O. S.; ÁVILA, E. G.; SALES, T. R. R.; AMOIM, S. S.; NUNES, A. K. F.; SANTOS, V. M. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial> Educação inclusiva: uma escola para todos <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X24091> acesso em:

NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. R. J. Política de Educação Especial: os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2019.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684853>. Acesso em: junho de 2021

NUNES, S. S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação Inclusiva: Entrea História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, 2015.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001312014>. Acesso em: junho de 2021.

ROSSETO, M. C. **Falar de inclusão... falar de que sujeitos?** In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ªed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, R. H. R.; SILVA, R. M. R. N. Golpe De 2016 E A Educação No Brasil: Implicações Nas Políticas De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. **Revista HISTEDBR**, On-line Campinas, SP v.19, p.1-23, 2019.

Disponível em: DOI: 10.20396/rho.v19i0.8655755. Acesso em: junho de 2021

SOUZA, F. F.; PLETSCHE, M. D. **A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil.**

**Ensaio:** avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 97, p. 831-853, 2017

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500887>. Acesso em: junho de 2021

UNICEF. **O direito das crianças com deficiência à educação: uma abordagem baseada em direitos**. Genebra, 2012.

WORLD BANK. **Aprendizagem para todos: investir no conhecimento e nas habilidades das pessoas para promover o desenvolvimento**. Washington, DC, 2011.